

Veja o que eles propõem

Kiko Caputo (Novo)

Aproximando o cidadão dos seus direitos e fortalecendo a integração entre o GDF, o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais órgãos do sistema de Justiça. A proposta é ampliar a mediação de conflitos e a justiça restaurativa, fortalecer o sistema socioeducativo e a reinserção social, melhorar o atendimento às vítimas de violência e integrar os serviços públicos para reduzir a burocracia e evitar que as pessoas tenham de percorrer diferentes órgãos para resolver um problema. O objetivo é prevenir conflitos, ampliar o acesso à Justiça e tornar a proteção de direitos mais rápida, coordenada e efetiva.

**Leandro Grass (PT)**

Há um princípio que temos de respeitar: não cabe ao governador interferir nos trabalhos do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Mas a primeira contribuição que podemos dar é fortalecer a Defensoria Pública, que opera no limite. Vamos apoiar a estrutura e a capilaridade do atendimento nas regiões administrativas, porque o acesso à justiça, para quem não pode pagar advogado, começa ali. A segunda é levar a resolução de conflitos para perto das pessoas, com Casas de Direitos e Cidadania nas regiões administrativas, espaços de mediação, conciliação, orientação jurídica e emissão de documentos, em parceria com a Defensoria e o Poder Judiciário. A terceira é a que mais salva vidas: o Pacto contra o Feminicídio. Nos primeiros cem dias, faremos um pacto formal com o TJ, o MP, a Defensoria e as polícias civil e militar, para que a medida protetiva funcione na prática, com classificação de risco em todas as ocorrências, fiscalização ágil e monitoramento eletrônico do agressor. Levar a Justiça e a segurança a agirem juntas, antes da tragédia, é a contribuição mais urgente que um governo pode dar. Por fim, prevenir na origem: regularização fundiária com prazo, transparência dos dados públicos e segurança jurídica para quem mora e para quem empreende. Um Estado que cumpre a lei, presta contas e trata a todos igualmente, contribui para a Justiça porque a melhor causa é a que não precisa existir.

**Paula Belmonte (PSDB)**

O Judiciário é um Poder independente e essa independência precisa ser respeitada. Como governadora, quero estabelecer uma relação de diálogo e cooperação institucional com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria e as demais instituições do sistema de Justiça. Queremos fortalecer a cooperação em áreas como proteção às mulheres, crianças e atendimento às populações vulneráveis e principalmente no combate à corrupção. Um governo eficiente também ajuda a reduzir a judicialização. O cidadão não deve precisar entrar na Justiça para conseguir aquilo que o Estado tem obrigação de entregar. Acredito que o papel do Governo do Distrito Federal é fazer a sua parte para que o cidadão tenha seus direitos garantidos e não precise recorrer à Justiça para resolver aquilo que o próprio governo deveria solucionar. Vamos investir em digitalização, integração de informações e mediação de conflitos para melhoria dos serviços públicos.

**Ricardo Cappelli (PSB)**

Fortalecer a Justiça no Distrito Federal passa, necessariamente, por garantir que ela esteja ao alcance de todos. Isso exige uma Defensoria Pública forte, valorizada e presente nos territórios, com ampliação do número de defensores, servidores e equipes de apoio para atender com rapidez e dignidade quem mais precisa. Justiça que demora, que está distante ou que não alcança os mais vulneráveis é justiça que não chega. É preciso democratizar o acesso à Justiça, levando postos permanentes da Defensoria Pública para todas as cidades do DF que ainda não contam com atendimento adequado. Ao mesmo tempo, devemos ampliar e fortalecer as parcerias com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, somando esforços em iniciativas como o *Pop Rua Jud*, que aproxima o sistema de Justiça da população em situação de rua e reúne diferentes instituições e serviços para garantir direitos e cidadania. A Justiça precisa estar onde o povo está. Mais servidores, mais estrutura, Defensoria presente em todas as regiões e integração entre



Defensoria, Tribunal de Justiça e demais instituições significam cidadania, proteção de direitos e redução das desigualdades. Fortalecer essa rede é fazer com que o acesso à Justiça deixe de ser um privilégio e seja, de fato, um direito de todos.

Rico Pinheiro (PRTB)

A Justiça precisa ser respeitada, e quem faz a Justiça também. Magistrados e servidores enfrentam uma rotina pesada, decisões complexas e uma enorme quantidade de processos. Não precisamos de confronto com o Judiciário. Precisamos dar condições para que ele trabalhe melhor. No Distrito Federal, a demanda é grande e ainda há processos que levam tempo demais para chegar ao fim. Quem está esperando uma decisão não pode sentir que seu problema ficou esquecido. O Governo Federal pode ajudar de forma prática: mais tecnologia, fóruns modernos, digitalização e inteligência artificial para cuidar de tarefas repetitivas, sempre como ferramenta de apoio, nunca para substituir quem decide. Também precisamos fortalecer as equipes, valorizar quem trabalha na Justiça e incentivar a conciliação antes que todo conflito vire processo. Defendo uma relação de respeito e cooperação com o TJDF, o Ministério Público, a OAB e o CNJ. Cada instituição tem seu papel e sua independência deve ser preservada. O Executivo não deve dizer à Justiça como julgar. Deve ajudar a criar as condições para que ela julgue melhor, mais rápido e mais perto das pessoas.

**Robson Raymundo (PSTU)**

Para nós do PSTU o foco seria o Fortalecimento da Defensoria Pública. O acesso à Justiça não pode ser um privilégio de quem pode pagar. Vamos priorizar investimentos orçamentários para a ampliação da Defensoria Pública do DF, com a realização de novos concursos públicos e a descentralização do atendimento para as Regiões Administrativas de maior vulnerabilidade social, garantindo assistência jurídica gratuita e de qualidade à população trabalhadora.



Organizar mutirões da defensoria pública para garantir o direito à pensão alimentícia. E também, para revisar processos de prisão preventiva e provisória para evitar detenções injustas e abusivas.

Samara Mineiro (UP)

O Brasil tem a 3º maior população carcerária do mundo, realidade que só beneficia as facções criminosas que se utilizam disso para recrutar. Nosso compromisso será trocar a lógica do encarceramento em massa pela lógica da prevenção da violência e proteção de direitos. Na perspectiva de prevenção, um exemplo que iremos fazer é sobre os crimes de furto e assalto de celulares, nesse sentido iremos usar iniciativas de inteligência para cruzar dados de boletins de ocorrência com informações de IMEI, para recuperar os celulares. Com isso diminuir a incidência desses crimes. Vamos ampliar ações nos territórios vulneráveis com o Atendimento Itinerante, fortalecer políticas de reinserção para egressos, já que iremos combater a superlotação das unidades prisionais com uma força-tarefa na Vara de Execuções Penais para realizar o mutirão processual penal dos internos que ainda aguardam julgamento. Daremos prioridade em combater a violência contra as mulheres. O governo Ibaneis/Celina nada fez nesse sentido. Para isso iremos ampliar o número de DEAMs com atendimento 24h e em mais Ras, também iremos ampliar as casas abrigos e de Referência. Além de acatar as recomendações do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura para a Unidade de Internação Feminina do Gama, para que as menores infratoras sejam ressocializadas pelo Estado.

**Expedito Mendonça (PCO)**

O PCO defende que todos, indistintamente, tenham acesso gratuito à defesa, garantida pelo Estado. Mais importante que isso, o PCO defende que todos os magistrados da Justiça, não só do DF, mas de todo o País, sejam eleitos pela população por escrutínio direto. Defendemos também a extinção do STF, substituindo a "corte suprema" por uma corte constitucional com todos os ministros-juízes eleitos, com mandato revogável.

